



POLÍTICAS PEDAGÓGICAS
RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS
PEDAGÓGICAS PARA OS GOVERNOS
FEDERAL E ESTADUAIS

OUTUBRO DE 2022



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



MOVI
MENTO
PELA
BASE



FUNDAÇÃO
Lemann



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	01
1. INTRODUÇÃO	04
1.1. Escopo do documento	04
1.2. Importância do tema	06
2. CONTEXTO E DIAGNÓSTICO	12
2.1. Referenciais curriculares	12
2.2. Formação inicial e continuada	17
2.3. Materiais didáticos	19
2.4. Avaliações	21
3. INSPIRAÇÕES E CAMINHOS	23
4. RECOMENDAÇÕES	27
4.1. Recomendações para os governos estaduais	29
4.2. Recomendações para o governo federal	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50



APRESENTAÇÃO

Sobre o Todos Pela Educação

O Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural e suprapartidária, fundada em 2006. Com uma atuação independente e sem receber recursos públicos, nosso foco é contribuir para melhorar a Educação Básica no Brasil. Para isso, desenvolvemos ações visando ampliar o senso de urgência para a necessidade de mudanças na Educação, produzimos conhecimento com o objetivo de apoiar a tomada de decisão das diferentes esferas do poder público e articulamos junto aos principais atores para efetivar as medidas que podem impactar os rumos da Educação. Além disso, monitoramos crítica e continuamente os indicadores e as políticas educacionais do país.

Sobre o Movimento Pela Base

O Movimento pela Base é uma rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições, que desde 2013 se dedica a apoiar a construção e implementação de qualidade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio. Nossa missão é trabalhar em parceria para garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças e jovens brasileiros.



Sobre a Fundação Lemann

A Fundação Lemann é uma organização de filantropia familiar, nascida em 2002, a partir do desejo de construir um Brasil mais justo e avançado. Atua em dois pilares estratégicos, Educação e Lideranças, duas frentes capazes de impulsionar nossa gente e gerar mudanças reais. Aposta em dois momentos importantes da mesma trajetória: pessoas com formação educacional de qualidade que podem se tornar líderes preparados e engajados para contribuir com o desenvolvimento do país.



EXPEDIENTE

Elaboração

Todos Pela Educação

COORDENAÇÃO GERAL

Priscila Cruz

Presidente-executiva

Olavo Nogueira Filho

Diretor-executivo

Gabriel Corrêa

Líder de Políticas Educacionais

Ivan Gontijo

Coordenador de Políticas Educacionais

Natália Fregonesi

Analista de Políticas Educacionais

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Tiemy Akamine

Líder de Comunicação e Mobilização

Bruna Rodrigues

Analista de Comunicação

Movimento Pela Base

Alice Andrés Ribeiro

Diretora de Articulação

Deborah Kaufmann

Coordenadora de Inteligência de Dados

Fundação Lemann

Daniel de Bonis

Diretor de Conhecimento, Dados e Pesquisa

Matheus Nunes

Analista de Conhecimento, Dados e Pesquisa

Consultor

Danilo Leite Dalmon



1. INTRODUÇÃO

1.1. Escopo do documento

Este documento apresenta, à luz do atual contexto do país e tendo em vista as eleições de 2022, **recomendações de políticas públicas relacionadas à coerência das políticas pedagógicas dos sistemas de ensino brasileiros**, visando garantir a implementação adequada dos currículos reelaborados a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

As propostas aqui presentes são desdobramentos das recomendações elencadas no documento “Educação Já 2022 – contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira”¹. O Educação Já 2022 apresenta subsídios para a construção dos planos estratégicos das próximas gestões educacionais nos âmbitos federal e estadual. O tema das políticas pedagógicas é tratado como uma das medidas estruturantes do Educação Já (medida 6), como mostra a Figura 1.

¹ Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/04/educacaoja2022-abril02-todospelaeducacao.pdf?utm_source=download&utm_id=documento

Figura 1: Visão geral das 10 medidas estruturais do Educação Já



Elaboração: Todos Pela Educação.

Este material se estrutura da seguinte forma: nesta introdução, será debatida a importância do tema das políticas pedagógicas para melhoria da qualidade educacional no país. O capítulo 2 traz o contexto e um diagnóstico do desafio, apresentando suas principais causas. O terceiro capítulo apresenta inspirações que podem ajudar a superar o problema, trazendo algumas referências de estados e municípios que vêm avançando de forma consistente nas políticas pedagógicas. Já o capítulo 4 apresenta recomendações de políticas pedagógicas tanto para os governos estaduais como para o governo federal. O capítulo 5 conclui o documento.

1.2. Importância do tema

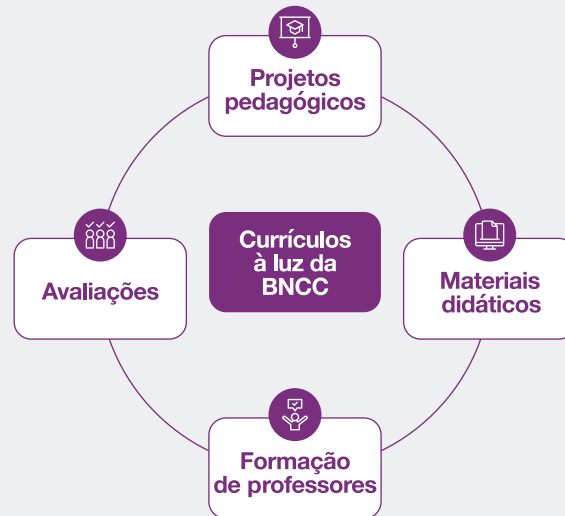
Implementar políticas pedagógicas coerentes de forma perene é pré-condição para a garantia de uma Educação de qualidade, com melhores resultados e maior equidade na permanência e aprendizagem dos estudantes². Por exemplo, isso é feito pelos países que mais melhoraram seus resultados na avaliação internacional de aprendizagem do PISA (*Programme For International Student Assessment*) nos últimos anos³. Isso também é visto em diversas redes públicas de ensino brasileiras que se destacam, como será visto mais adiante.

Mas o que significa essa implementação de políticas pedagógicas coerentes? Neste documento, isso é definido como o alinhamento e a integração entre os elementos da gestão pedagógica de um sistema de ensino, como o referencial curricular, os materiais didáticos, a formação continuada e as avaliações, conforme o diagrama da Figura 2. A coerência entre esses elementos pedagógicos, tendo o currículo como eixo unificador, é pilar central de sistemas educacionais que conseguem garantir a aprendizagem de seus estudantes e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades. Garantir essa coerência na gestão pedagógica é central para que um sistema educacional seja coerente como um todo, com seus diversos atores, dos professores aos gestores públicos, engajados e trabalhando em prol de um objetivo comum: a aprendizagem de todos os estudantes.

² Para saber mais sobre coerência de sistemas educacionais, sugere-se (em inglês): Fullan, M.; Quinn, J. (2015). *Coherence: The right drivers in action for schools, districts, and systems*. Corwin Press. | Honig, M. I.; Hatch, T. C. (2004). *Crafting coherence: How schools strategically manage multiple, external demands*. *Educational Researcher*, 33(8), 16-30. | Cohen, D. K. (1995). *What is the system in systemic reform?* *Educational Researcher*, 24(9), 11-17 31.

³ Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/cf74dac9-en.pdf>

Figura 2: Principais elementos que compõem a coerência das políticas pedagógicas



Elaboração: Todos Pela Educação.

Nos últimos anos, o Brasil estabeleceu instrumentos importantes para apoiar a coerência das políticas pedagógicas das redes de ensino. As redes estaduais e municipais desenvolveram referenciais curriculares para todas as etapas da Educação Básica alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁴, que estabelece os direitos de aprendizagem das crianças e jovens. O Plano Nacional de Educação (PNE) e os planos estaduais e municipais de Educação também preveem esse alinhamento entre a BNCC e os referenciais curriculares das redes de ensino⁵. Além disso, as novas regras do Fundeb favorecem a coerência, pois têm como um dos requisitos para o recebimento de recursos atrelados a resultados (Valor Aluno Ano por Resultados - VAAR) o alinhamento das políticas pedagógicas aos referenciais das redes e à BNCC⁶. A

⁴ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Para saber mais, acesse <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> e <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/>

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/CartilhaNovoFundeb2021.pdf>



implementação dos referenciais curriculares alinhados à BNCC se tornou obrigatória em 2020 para a Educação Infantil e Ensino Fundamental⁷, e em 2022 para o Ensino Médio⁸.

De acordo com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as principais responsabilidades das esferas de governo com relação à coerência das políticas pedagógicas são as seguintes:

- ✔ O governo federal é responsável por regulamentar a coerência das políticas pedagógicas, como ocorreu recentemente com a publicação da BNCC e da Base Nacional Comum para Formação Continuada de Professores (BNC-FC)⁹. Além disso, é responsável por coordenar e oferecer apoio às redes de ensino estaduais e municipais, por exemplo, por meio do Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que devem estar alinhados à BNCC e entre si. Por fim, o governo federal tem a responsabilidade de suplementar os recursos financeiros disponíveis para a Educação dos entes federados. Uma atuação consistente do Ministério da Educação é necessária para induzir e apoiar as redes de ensino na melhoria dos resultados em âmbito nacional e reduzir a desigualdade entre as localidades.
- ✔ Os governos estaduais são responsáveis pela coerência das ações do seu sistema de ensino, que inclui a própria rede pública estadual, a rede privada e, usualmente, também algumas redes municipais. Em primeiro lugar, a secretaria estadual de Educação tem a autoridade para definir e implementar seu referencial curricular por ações coerentes entre si e apoiar os professores

⁷ Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf

⁸ Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640296

⁹ Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>

na melhoria contínua das suas práticas de ensino. Por exemplo, os professores devem receber formação continuada sobre o material didático específico que usam no cotidiano, alinhados ao referencial. Em segundo lugar, devem regulamentar a coerência no sistema estadual de ensino, principalmente pela atuação do Conselho Estadual de Educação¹⁰. Ademais, o governo estadual tem um papel importante no apoio à coordenação da atuação dos governos municipais em regime de colaboração¹¹, para que as redes municipais em seu território também tenham políticas pedagógicas coerentes.

- ✔ Os governos municipais têm, por sua vez, a responsabilidade pela coerência das políticas pedagógicas em sua rede de ensino e, em alguns casos, pela regulamentação do sistema municipal de ensino. Os governos estaduais e municipais são corresponsáveis pela Educação dos habitantes do território e devem atuar em regime de colaboração. Por exemplo, o governo estadual pode redirecionar recursos arrecadados em âmbito estadual como incentivos para melhorar a Educação, ou apoiar os municípios de uma região para adotarem um conjunto comum de materiais didáticos e de formações continuadas para os professores¹².

Aumentar a coerência das políticas pedagógicas é um desafio considerável, e muitos fatores podem atrapalhar esse processo. Desde 2020, a pandemia tem afetado a capacidade das secretarias de Educação de oferecer apoio consistente às escolas e professores, com crianças e jovens deixando de ir à escola, dificuldades com o uso de tecnologias digitais, piora na aprendizagem e na saúde mental dos estudantes e profissionais da Educação¹³.

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19131.htm

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

¹² Disponível em: <http://movimentocolabora.org.br/guia-de-colaboracao/>

¹³ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-extensao-da-perda-na-educacao-no-mundo-e-grave>

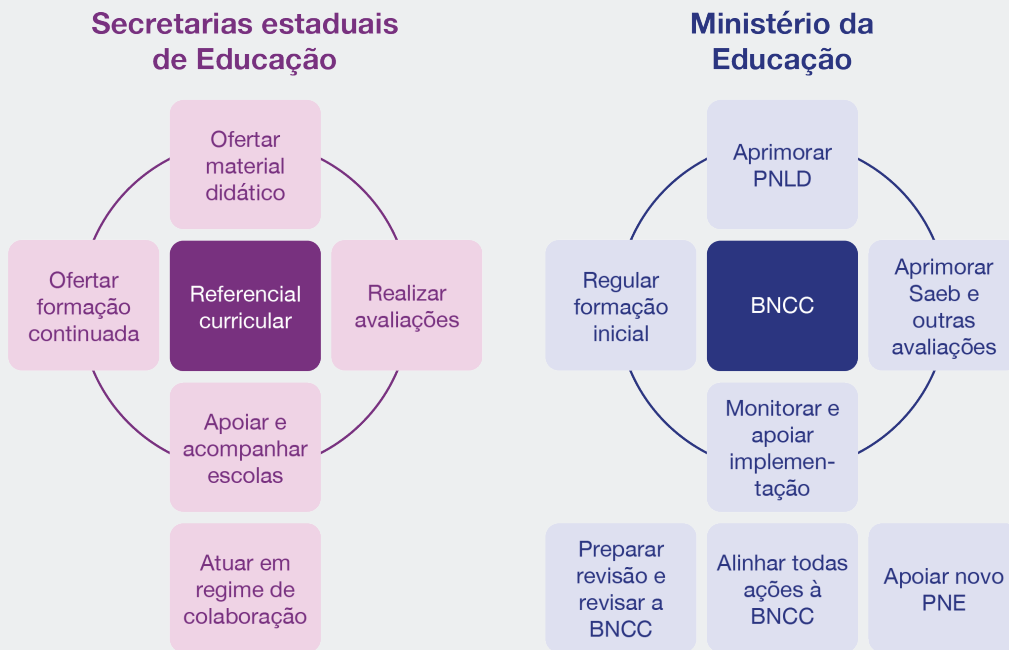


Além disso, as dificuldades inerentes ao pacto federativo brasileiro, muitas vezes, não permitem que as ações das diferentes esferas de governo estejam alinhadas entre si. Por fim, a descontinuidade das políticas públicas nacionais e estaduais – como o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC¹⁴) – ameaça o efeito positivo das ações que aumentam a coerência. Dessa forma, todas esferas de governo devem se esforçar para aprimorar gradualmente o alinhamento entre si e a coerência das políticas pedagógicas, sem a sua descontinuidade.

A Figura 3 esquematiza as recomendações deste documento. Para os governos estaduais, as recomendações envolvem atuar com as escolas do seu sistema com material didático, formação continuada, avaliações e apoio e acompanhamento para a implementação do referencial curricular nas escolas. Além disso, recomendamos que as secretarias estaduais atuem em regime de colaboração com as secretarias municipais de Educação. Para o governo federal, as recomendações envolvem, analogamente, aprimorar os materiais didáticos via Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), promover uma regulação mais efetiva da formação inicial de professores, reformular as avaliações nacionais (Saeb, Enem e outras) e garantir monitoramento e apoio à implementação dos referenciais curriculares. Além disso, como ações estruturantes e futuras, recomendamos que o Ministério da Educação alinhe todas suas ações e políticas à BNCC, apoie a elaboração do novo PNE e prepare a revisão da BNCC.

¹⁴ O ProBNCC foi estabelecido pela Portaria nº 331/2018 do Ministério da Educação e apoiou estados e municípios em regime de colaboração na criação ou adaptação de seus referenciais curriculares à BNCC e na realização de formações introdutórias para apresentar os referenciais recém-publicados aos professores.

Figura 3: Recomendações para os governos federal e estaduais para aprimorar a coerência das políticas pedagógicas no Brasil





2. CONTEXTO E DIAGNÓSTICO

Para continuamente aumentar a coerência das políticas pedagógicas, as secretarias de Educação devem realizar ações de implementação de seus referenciais curriculares nas frentes de: (1) definição dos referenciais curriculares e acompanhamento da implementação desses referenciais nas escolas, (2) formação inicial e continuada dos profissionais da Educação, (3) oferta de materiais didáticos, e (4) avaliações de aprendizado. Essas ações fazem parte do trabalho cotidiano das secretarias de Educação e não podem ser um programa específico para implementar o referencial curricular. Aumentar a coerência das políticas pedagógicas é um esforço contínuo, que depende de características específicas do contexto e envolve o empenho de praticamente todos os atores envolvidos na Educação Pública. Nesta seção, será apresentado um breve contexto e diagnóstico da situação atual, no Brasil, de cada um desses elementos que compõem uma política pedagógica.

2.1. Referenciais curriculares

Com relação aos referenciais curriculares, em nível nacional o Brasil possui uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica (pública e privada), aprovada entre 2017 e 2018 para todas as etapas¹⁵, como previsto pela Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e pelo PNE em 2014. Esse documento foi produzido a partir de esforços que se intensificaram

¹⁵ As seções da BNCC referentes à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental foram aprovadas em 2017, enquanto a seção referente ao Ensino Médio foi aprovada em 2018.



a partir de 2013 e considerou os parâmetros e diretrizes nacionais curriculares anteriores, além de envolver centenas de especialistas e contar com milhões de contribuições¹⁶.

A BNCC define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento comuns a todas as crianças e jovens no Brasil. A partir dela, as secretarias estaduais e municipais, em grande parte dos casos via regime de colaboração, criaram ou revisaram seus referenciais curriculares após consultas públicas e seminários locais. Em setembro de 2022, segundo dados do Observatório da Implementação¹⁷, todas as redes estaduais possuíam documentos curriculares para todas as etapas da Educação Básica e 5.560 municípios (mais de 99%) possuíam seus documentos alinhados à BNCC de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Para o Ensino Médio, as secretarias estaduais estão implementando as mudanças da Lei 13.415/2017 que estabelece o “Novo Ensino Médio”. Essa reforma curricular, além da expansão da carga horária (de 2.400 horas totais para 3.000 horas anuais já em 2022) divide o Ensino Médio entre a formação geral básica, correspondente à BNCC (até 1.800 horas), e os itinerários formativos (mínimo de 1.200 horas), que têm áreas de concentração e são oferecidos de forma específica em cada contexto. Nesse caso, a coerência das políticas pedagógicas tem um nível adicional de complexidade.

O processo de implementação dos referenciais curriculares é contínuo e complexo, de modo que exige um tempo relevante para que todas as escolas e professores o realizem bem. Por isso, os documentos curriculares devem ser implementados durante alguns anos antes de serem revisados. No caso da BNCC, há uma

¹⁶ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>

¹⁷ Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-curriculos-de-ei-ef/>



previsão de revisá-la depois do ano de 2026, o que provocará posteriores revisões nos referenciais das redes¹⁸. Atrasos como os provocados pela interrupção abrupta do ProBNCC e pela pandemia permitiram que muitas redes publicassem seus referenciais curriculares apenas a partir de 2020¹⁹. Isso reduziu o tempo disponível para a implementação coerente dos referenciais com mudanças concretas na realidade da sala de aula.

Um levantamento do Ministério da Educação traz dados de percepção dos profissionais da Educação com relação à BNCC e aos referenciais curriculares de Educação Infantil e Ensino Fundamental de suas redes²⁰. Em geral, a percepção é positiva com relação ao efeito que tem nas práticas de ensino. Além disso, há uma correlação entre participação nas ações da secretaria sobre o referencial curricular e essa percepção positiva.

Segundo pesquisa do Instituto Datafolha com mais de mil professores, encomendada pelo Movimento pela Base e Fundação Lemann, em parceria com o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social da Universidade de São Paulo (Lepes/USP), a maioria dos professores (78,4%) percebe coerência educacional total ou parcial em suas redes e cerca de um quinto (21,6%) aponta baixo alinhamento, mostrando que ainda existem melhorias a serem feitas em relação à coerência das políticas pedagógicas²¹.

Além disso, há uma parcela significativa de professores,

¹⁸ Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf e <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/cronograma-nacional-para-implementacao-da-bncc-e-do-novo-ensino-medio/>

¹⁹ Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-curriculos-de-ei-ef/>

²⁰ Disponível em: https://plataformabncc.caeddigital.net/resources/arquivos/BNCC_RELATORIO_DA_1_ONDA.pdf

²¹ Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/pesquisa/coerencia-educacional-percepcao-dos-professores-de-educacao-infantil-sobre-o-alinhamento-de-praticas-formacoes-materiais-e-avaliacoes-aos-curriculos/> e <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/pesquisa/coerencia-educacional-o-alinhamento-de-praticas-materiais-formacao-e-avaliacoes-aos-curriculos-na-percepcao-dos-professores/>



principalmente das redes estaduais de ensino, que precisa ser mais apoiada para entender o significado e a importância da implementação coerente dos referenciais curriculares.

Existem algumas causas que explicam as dificuldades para a implementação dos referenciais curriculares das redes. Primeiro, algumas redes estaduais e poucas redes municipais possuíam referenciais antes da publicação da BNCC. Tanto a elaboração quanto a implementação de documentos curriculares – assim como seu desdobramento em formação, materiais e avaliações – são processos custosos e complexos que exigem conhecimentos específicos da equipe técnica da secretaria e das escolas, e isso precisa ser desenvolvido. Segundo, o processo de elaboração de referenciais curriculares pode envolver disputas em que grupos defendem propostas diferentes para cada trecho do documento. Como dificilmente todos os grupos são atendidos no documento final, alguns conflitos podem permanecer durante sua implementação. A coerência e consistência das políticas pedagógicas ao longo do tempo pode resolver gradualmente esses conflitos.

Uma terceira causa para desafios de implementação é a dificuldade em apoiar e acompanhar o trabalho cotidiano nas escolas de forma efetiva. As escolas podem ter práticas vigentes que nem sempre dialogam com as premissas dos novos referenciais, podendo causar resistências ou dificuldades na comunidade escolar. Para que a implementação coerente do referencial curricular tenha efeito na aprendizagem dos estudantes, as mudanças realizadas no âmbito do Ministério e das secretarias de Educação precisam reverberar nas escolas e no trabalho dos professores. Quanto mais consistente a coerência das políticas chega às escolas, mais oportunidades os professores e gestores escolares terão para se adaptarem e aprimorarem suas práticas.



Por fim, a quarta causa e o fator mais relevante para explicar os desafios que a implementação dos novos referenciais vem vivenciando foi a pandemia de Covid-19, que ampliou e aprofundou os desafios do sistema educacional brasileiro. Escolas ficaram, em média, fechadas por mais de um ano, professores receberam pouco apoio e estudantes não conseguiram prosseguir com os estudos a distância²². As perdas de aprendizado provocadas pela pandemia desde 2020 são muito grandes, somando estimativas de um ano de atraso para um cenário de baixa aprendizagem que o Brasil já tinha, além de aumentar as desigualdades²³. Por exemplo, em São Paulo, os estudantes aprenderam apenas 28% do que teriam aprendido em aulas presenciais, e o risco de abandono ou evasão escolar mais que triplicou²⁴.

Por outro lado, sem a BNCC e os novos referenciais curriculares, o impacto da pandemia poderia ter sido ainda maior. A coerência das políticas pedagógicas ajudou várias redes de ensino a serem mais ágeis e fornecerem apoio mais significativo a professores e alunos²⁵. Além do desafio de trabalharem com um referencial curricular novo, os professores precisaram priorizar os referenciais para as aulas durante a pandemia. Na pesquisa já mencionada do Instituto Datafolha, a maior parte dos professores avalia como positiva a influência da BNCC e dos referenciais curriculares das redes nas atividades de ensino remoto durante a pandemia²⁶. Essa coerência pode ter contribuído de várias formas, como o exemplo

²² Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-extensao-da-perda-na-educacao-no-mundo-e-grave> e <https://covid19.uis.unesco.org/global-monitoring-school-closures-covid19/country-dashboard/>

²³ Disponível em: <https://www.unicef.org/media/112461/file/The%20State%20of%20the%20Global%20Education.pdf>

²⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/08/alunos-aprendem-so-45-do-esperado-na-volta-ao-presencial-e-31-podem-desistir-da-escola.shtml>

²⁵ Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/how-learning-continued-during-the-covid-19-pandemic_bbeca162-en

²⁶ Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/releases/bncc-e-referencia-para-90-dos-professores-na-pandemia>



das redes que conseguiram usar um referencial curricular para definir objetivos de aprendizagem prioritários para trabalhar com os estudantes durante o período de fechamento das escolas.

2.2. Formação inicial e continuada

Formação inicial

Com a publicação da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FI) no âmbito das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores, em 2019, as instituições de Ensino Superior precisam adaptar seus cursos à nova realidade. Mais recentemente, o Conselho Nacional de Educação prorrogou o prazo para a implementação dessa diretriz para dezembro de 2023²⁷. As instituições de Ensino Superior respondem a mudanças das normas quando há consequências concretas para o não cumprimento, como recusar a abertura e renovação da autorização de funcionamento dos cursos. Assim, uma vez que o Ministério da Educação aprimore os processos avaliativos e regulatórios e induza a implementação da BNC-FI, é esperado que as universidades e faculdades passem a oferecer cursos de formação inicial de professores alinhados à BNCC e aos referenciais curriculares das redes. Mudanças nos critérios de avaliação dos cursos de graduação, como a atualização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), também podem contribuir para esse alinhamento.

Formação continuada

A formação continuada dos profissionais da Educação sobre os novos referenciais curriculares das redes foi iniciada ainda em 2019, logo após a publicação dos primeiros documentos curriculares

²⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2021-pdf/208241-pcp010-21/file>



estaduais. No nível nacional, o Ministério da Educação publicou, em 2020, a Base Nacional Comum para Formação Continuada Docente (BNC-FC)²⁸, que deve ser usada pelas equipes de formação das redes em suas atividades com os professores. Além disso, o governo federal disponibilizou cursos online alinhados à BNCC para que as redes de ensino os usem de forma contextualizada em seus programas de formação²⁹. Porém, apesar de ser uma ação estratégica para a coerência das políticas pedagógicas, não há um programa nacional integrado de apoio à formação continuada alinhada aos referenciais curriculares das redes³⁰.

O levantamento realizado pelo Ministério da Educação indica que as formações sobre os novos referenciais curriculares contribuíram para a compreensão dos professores sobre as mudanças trazidas por esses documentos³¹. Por outro lado, na pesquisa do Instituto Datafolha, os professores relatam que as formações continuadas que recebem estão, em geral, apenas parcialmente alinhadas com seus referenciais curriculares³². Para os professores do 1º ao 5º ano (Anos Iniciais) do Ensino Fundamental, a percepção é de maior alinhamento quando comparadas àquelas dos professores de Educação Infantil, e principalmente com a percepção dos professores do 5º ao 9º ano (Anos Finais) do Ensino Fundamental.

Uma das causas para as dificuldades de oferecer formação continuada alinhada aos referenciais curriculares das redes é abordar a nova organização dos referenciais curriculares, seus conceitos e como ensiná-los, o que são conhecimentos que ainda

²⁸ Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>

²⁹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-04/mec-oferece-13-cursos-online-sobre-base-nacional-comum-curricular>

³⁰ Disponível em: https://plataformabncc.caeddigital.net/resources/arquivos/BNCC_RELATORIO_DA_1_ONDA.pdf

³¹ Disponível em: https://plataformabncc.caeddigital.net/resources/arquivos/BNCC_RELATORIO_DA_1_ONDA.pdf

³² Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/pesquisa/coerencia-educacional-o-alinhamento-de-praticas-materiais-formacao-e-avaliacoes-aos-curriculos-na-percepcao-dos-professores/>



não estão disseminados e apropriados pelas equipes pedagógicas de muitas secretarias estaduais e municipais. Particularmente, as formações precisam ser focadas na prática de sala de aula. Isso faz com que bons formadores de professores para a implementação dos referenciais curriculares sejam muito valiosos. Em muitos casos, há pouca oportunidade para coordenadores pedagógicos e professores se dedicarem à formação continuada por falta de tempo ou organização. Por fim, poucas redes têm um histórico de formações continuadas coerentes com o referencial curricular, materiais didáticos e avaliação. Assim, essas redes ainda precisam desenvolver essa capacidade durante a implementação dos seus referenciais curriculares alinhados à BNCC.

2.3. Materiais didáticos

O Brasil possui um dos maiores programas de materiais didáticos do mundo, o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD). Tanto os referenciais curriculares das redes estaduais e municipais de ensino como os materiais do PNLD devem estar plenamente alinhados à BNCC, de modo que esse programa tem um papel fundamental na implementação dos referenciais subnacionais. Entretanto, existe uma série de desafios em relação ao alinhamento dos editais do PNLD à BNCC.

Em primeiro lugar, o edital do PNLD para 2020, referente aos Anos Finais do Ensino Fundamental, foi alinhado a uma versão da BNCC anterior a sua publicação³³. Em seguida, o edital para o Ensino Médio foi dividido em duas partes, uma para 2021, referente a temas transversais da BNCC, e outra para as áreas de conhecimento da BNCC. Com as mudanças provocadas pelo Novo Ensino Médio, esse edital enfrentou muitas dificuldades para alinhar os materiais a

³³ Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/11555-edital-pnld-2020>



todos os referenciais e possui pontos que não exploram o potencial de alinhamento com a BNCC³⁴.

Particularmente, o edital de 2022 para Educação Infantil e o de 2023 para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental receberam críticas com relação ao alinhamento com a BNCC³⁵. Esses editais foram publicados com foco na Política Nacional de Alfabetização, criada em 2019, cujo desenho está desarticulado e desalinhado em relação à BNCC³⁶. Mais recentemente, o edital de 2024 para os Anos Finais do Ensino Fundamental tem elementos alinhados à BNCC, apesar de não explicitar esse alinhamento em pontos importantes do documento – por exemplo, não possui um mapeamento explícito de parte das questões e exercícios para os alunos com as habilidades e competências da BNCC³⁷. Esse novo edital explora a criação de materiais digitais além dos impressos, o que aumenta a complexidade de contratação e de gestão, mas pode oferecer muitos benefícios para professores e estudantes, inclusive com relação ao alinhamento explícito à BNCC e aos referenciais curriculares das redes de ensino.

O PNLD não é o único programa de materiais didáticos. Muitas redes estaduais e municipais oferecem aos professores materiais complementares aos do PNLD. Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, apenas 22% dos professores responderam que percebiam que os materiais didáticos – tanto do PNLD quanto próprios das redes – estavam altamente alinhados aos referenciais curriculares das suas redes³⁸. De maneira similar à formação continuada, a

³⁴ Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/analise-o-alinhamento-do-pnld-com-o-novo-ensino-medio/> <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021>

³⁵ Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/obras-do-pnld-2022-e-pnld-2023-nao-estao-alinhadas-a-bncc-e-aos-curriculos/>

³⁶ Disponível em: https://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Parecer-te%CC%81cnico_CENPEC_Ana%CC%81lise-comparativa.pdf

³⁷ Disponível em: <https://abrelivros.org.br/site/publicada-alteracao-no-ambito-do-edital-pnld-2024>

³⁸ Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/pesquisa/coerencia-educacional-percepcao-dos-professores-de-educacao-infantil-sobre-o-alinhamento-de-praticas-formacoes-materiais-e-avaliacoes-aos-curriculos/>



situação comparativamente melhor é a percebida pelos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A BNCC traz novidades para o processo de elaboração de materiais didáticos, como a especificação de competências gerais e de objetivos de aprendizagem específicos. Essa é uma mudança que as editoras e criadores de materiais são capazes de realizar com a continuidade das políticas pedagógicas e com processos de aprovação dos materiais mais rigorosos em relação ao alinhamento com a BNCC. Além disso, é importante que o uso dos materiais didáticos seja avaliado para gerar informações para melhorar os futuros ciclos de elaboração e disponibilização para os estudantes.

2.4. Avaliações

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) avalia os alunos de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa e Matemática, de forma censitária não alinhada à BNCC. O Saeb também avalia de forma amostral alinhada à BNCC desde 2019 os alunos do 2º ano sobre alfabetização e operações matemáticas e alunos do 9º ano do Ensino Fundamental em Ciências Humanas e da Natureza³⁹. As avaliações do Saeb são base para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), junto com os indicadores de fluxo a partir do Censo Escolar. O ciclo de avaliações para o cálculo das metas do Ideb encerrou em 2021.

Atualmente, o governo federal declarou que haverá mudanças para o Saeb a partir de 2023⁴⁰, mas não há uma previsão clara sobre como isso ocorrerá, incluindo a adequação e alinhamento à BNCC das

³⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>

⁴⁰ Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/analise-a-visao-dos-especialistas-sobre-o-saeb-um-olhar-para-o-futuro/>



avaliações de Língua Portuguesa e Matemática. Além desse atraso no planejamento do novo ciclo do Saeb, existem ainda indefinições com relação à avaliação do 3º ano do Ensino Médio, uma vez que o Novo Ensino Médio permite que as redes definam diferentes trajetórias para os estudantes⁴¹.

A possível descontinuidade do Saeb, de sua série histórica ou sua realização sem um planejamento adequado e alinhamento às diretrizes curriculares nacionais da BNCC, é um risco grande para a qualidade da Educação no país como um todo, dado que as avaliações nacionais têm um grande poder de indução para a implementação dos referenciais curriculares das redes de ensino. Outras avaliações realizadas pelo Ministério da Educação também devem ser alinhadas à BNCC, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). O Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep) possui equipes e recursos suficientes para realizar as alterações.

Além das avaliações nacionais, muitas secretarias estaduais de Educação têm programas de avaliação próprios, de caráter diagnóstico, formativo ou em larga escala. Algumas delas oferecem também essas avaliações para redes municipais. **Todas as avaliações precisam ser alinhadas aos respectivos referenciais curriculares.** A atualização das avaliações de larga escala aos novos referenciais curriculares foi prejudicada pelos efeitos da pandemia na Educação. Nesse período, as equipes de avaliação de muitas secretarias elaboraram avaliações diagnósticas significativas para apoiar o retorno às aulas presenciais.

⁴¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/869860-para-comissao-externa-nem-nao-esta-sendo-adaptado-ao-novo-ensino-medio-com-a-velocidade-necessaria/>



3. INSPIRAÇÃO E CAMINHOS

Nesta seção são apresentados exemplos sobre formação continuada, materiais didáticos, avaliação e implementação do referencial curricular nas escolas de redes de ensino que atuam para aumentar a coerência de suas políticas pedagógicas com os referenciais publicados recentemente, alinhados à BNCC.

Um dos principais exemplos de rede com políticas pedagógicas altamente coerentes é o município de Teresina, capital do estado do Piauí, que tem os melhores resultados no Ideb no Ensino Fundamental entre todas as capitais brasileiras⁴². Essa rede possui ações de materiais didáticos, formação continuada e avaliações totalmente alinhadas com o referencial curricular da rede, conforme aponta a figura a seguir. Adicionalmente, implementa iniciativas de apoio e acompanhamento com o objetivo de apoiar o aumento da coerência pedagógica no trabalho cotidiano das escolas.

⁴² Disponível em: <https://educacaoqedacerto.todospelaeducacao.org.br/redes-e-desafios/capital-com-o-melhor-ideb-do-brasil/>

Figura 4: Políticas pedagógicas da rede municipal de Teresina (PI), baseadas no novo referencial curricular da rede, alinhado à BNCC



A versão mais recente do referencial curricular de Teresina foi elaborada em 2018, alinhado à BNCC. A partir desse documento, a secretaria define os objetivos de aprendizagem que todas as escolas da rede deverão ensinar em cada bimestre em um documento chamado Programa de Ensino. Isso fornece clareza sobre o que deve ser ensinado, facilitando o planejamento de cada docente, de cada escola e das ações de apoio e formação da secretaria.

Com relação aos materiais didáticos, a secretaria opta pela escolha unificada dos materiais do PNL D. Isso significa que todas as escolas utilizam o mesmo material, escolhido a partir das preferências das escolas da rede de ensino. Ela também elabora materiais específicos para alfabetização, produzido por professores de uma escola de referência. Além disso, a rede adota materiais específicos



para Matemática e Língua Portuguesa para os 4º, 5º, 8ª e 9º anos do Ensino Fundamental. Além de participar das avaliações nacionais, a secretaria municipal tem dois programas de avaliação: a Prova Teresina e o Sistema de Avaliação Educacional de Teresina (SAET). A Prova Teresina é elaborada pela secretaria de acordo com o planejamento bimestral da rede (Programa de Ensino) e é usada como avaliação formativa. Os resultados dessa avaliação são obtidos, de forma instantânea, com um leitor de gabaritos para telefones celulares, com retorno imediato para apoiar o replanejamento dos professores. Além disso, os alunos com desempenho crítico nessa avaliação têm a oportunidade de fazer aulas de reforço e recuperação voltadas para os objetivos de aprendizagem do bimestre anterior. O SAET, aplicado ao final do ano letivo, tem caráter somativo e é usado para avaliar a rede municipal como um todo, mesmo nos anos em que não há aplicação do Saeb.

A formação continuada é oferecida pelo Centro de Formação da secretaria municipal. Os professores alfabetizadores, de Língua Portuguesa, Matemática e de determinadas turmas de Ciências, frequentam o centro para encontros quinzenais de quatro horas. Nas semanas em que não frequentam o centro, esses professores recebem formação pelo coordenador pedagógico na própria escola. Os demais professores têm formações quinzenais na própria escola. O foco das formações é como ensinar os objetivos de aprendizagem do bimestre vigente, além dos tópicos do bimestre anterior em que os alunos tiveram pior desempenho na Prova Teresina.

A secretaria de Educação possui superintendentes escolares, responsáveis pelo apoio e acompanhamento de 8 a 14 escolas cada um. Esses profissionais são ex-gestores escolares que têm profundo conhecimento da rede e obtiveram bons resultados nas



escolas em que trabalharam. Cada escola recebe uma visita dos superintendentes pelo menos quinzenalmente, momento em que abordam a leitura dos resultados das avaliações, estratégias para melhorar os resultados de aprendizagem e a observação de aulas dos professores, para trazerem devolutivas que aprimorem a prática docente. Os supervisores e a equipe da secretaria municipal organizam também reuniões gerenciais bimestrais com todos os gestores escolares para discutir os resultados da Prova Teresina.

Além de Teresina, existem exemplos sólidos de caminhos bem-sucedidos trilhados por redes de ensino no Brasil para aumentar continuamente a coerência de suas políticas pedagógicas pela implementação dos seus novos referenciais curriculares, como o de Sobral (CE)⁴³, Coruripe (AL)⁴⁴ e o do estado do Ceará⁴⁵. Cada um deles possui ações para garantir a coerência das políticas com as práticas em sala de aula. E a experiência dos países que mais melhoraram seus resultados na avaliação internacional PISA nos últimos anos mostram que este caminho da coerência é promissor⁴⁶. O governo federal deve atuar para estimular e apoiar mais exemplos como esses, e os governos estaduais têm a oportunidade de implementar iniciativas em suas redes, além de apoiar as redes municipais em regime de colaboração.

⁴³ Disponível em: <https://educacaoqedacerto.todospelaeducacao.org.br/redes-e-desafios/lideranca-exemplar-sobral-e-a-autonomia-dos-diretores-escolares>

⁴⁴ Disponível em: <https://educacaoqedacerto.todospelaeducacao.org.br/redes-e-desafios/rural-e-urbana-municipio-garante-qualidade-educacional-para-todos/>

⁴⁵ Disponível em: <https://educacaoqedacerto.todospelaeducacao.org.br/redes-e-desafios/ceara-colaboracao-estados-municipios/>

⁴⁶ Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/cf74dac9-en.pdf>

4. RECOMENDAÇÕES

O objetivo de aprimorar a coerência das políticas pedagógicas é permitir que todos os estudantes tenham seus direitos de aprendizagem atendidos. Isso será alcançado com o referencial curricular da rede servindo de fundamento para todas as ações de apoio para as escolas, e as escolas implementando o referencial de forma que todos os estudantes aprendam adequadamente. Dessa forma, a formação e os materiais didáticos que os professores recebem são alinhados ao referencial curricular, assim como as avaliações que acompanham os direitos de aprendizagem dos estudantes e as ações de recomposição ou aceleração de aprendizagens. Com políticas coerentes de forma consistente ao longo do tempo, a qualidade da Educação aumenta continuamente.

Para apoiar os governantes que serão responsáveis pelo poder executivo nas esferas federal e estadual entre 2023 e 2026, segue abaixo um conjunto de recomendações de políticas públicas com o objetivo de aumentar continuamente a coerência das políticas pedagógicas no Brasil. Elas estão divididas nos seguintes temas:



Recomendações para os governos estaduais

- ✓ Apoiar e acompanhar a implementação do Referencial Curricular pelas escolas
- ✓ Ofertar material didático e de apoio alinhados ao referencial curricular da rede
- ✓ Ofertar formação continuada alinhada ao referencial para os profissionais da Educação
- ✓ Avaliar o aprendizado dos estudantes conforme o referencial curricular da rede
- ✓ Estabelecer regime de colaboração para a implementação dos referenciais curriculares nas redes municipais



Recomendações para o governo federal

AÇÕES MAIS DIRETAS E URGENTES

- ✓ Aprimorar e alinhar o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) à BNCC e ao Novo Ensino Médio
- ✓ Aprimorar e alinhar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) à BNCC e ao Novo Ensino Médio
- ✓ Regular e avaliar os cursos de formação inicial de professores
- ✓ Apoiar a implementação dos referenciais curriculares das redes

AÇÕES ESTRUTURANTES E FUTURAS

- ✓ Alinhar todas as ações do governo federal à BNCC, Novo Ensino Médio e outras diretrizes
- ✓ Contribuir para a elaboração do próximo Plano Nacional de Educação
- ✓ Preparar e realizar o processo de revisão da BNCC



4.1 RECOMENDAÇÕES PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS





Para os governos estaduais, as recomendações têm foco em aumentar continuamente a coerência das políticas pedagógicas da secretaria estadual de Educação para fomentar essa coerência no território.

Apoiar e acompanhar a implementação do referencial curricular pelas escolas

Uma ação essencial para aprimorar a coerência das políticas pedagógicas é realizar o **apoio e acompanhamento das escolas na implementação do referencial curricular da rede**. É desafiador implementar um referencial curricular publicado recentemente, como é o caso daqueles alinhados à BNCC, e as escolas precisam de muito apoio – sobretudo técnico – para melhorar continuamente essa implementação. Além de receber apoio, as escolas precisam ser acompanhadas para que a secretaria saiba que tipo de apoio precisam e quais delas precisam de mais atenção, reduzindo as desigualdades entre as escolas. Para isso, recomenda-se que:

- ☑ A secretaria aloque equipes adequadas (central e regionais) e disponibilize os recursos necessários para elas atuarem muito próximas às escolas. Normalmente, as secretarias de Educação já possuem equipes de acompanhamento ou supervisão escolar, que devem receber atribuições mais precisas e formação para realizar essa ação cada vez melhor.
- ☑ As equipes de acompanhamento, em especial as que estão nos órgãos regionais de ensino, articulem-se continuamente com os setores de material didático, formação continuada, avaliação e de outros programas do órgão central para que todas as ações da secretaria com as escolas sejam coerentes entre si. Para que essa ação tenha legitimidade, o acompanhamento deve ter caráter de



apoio e não de fiscalização ou punição às equipes escolares, além de ser personalizado de acordo com as necessidades de cada uma. Para monitorar essa ação, as equipes de acompanhamento devem manter um cronograma de visitas às escolas, um plano de apoio a cada escola e acompanhar os planos de gestão de cada uma.

- ☑ Os Projetos Pedagógicos, ou Projetos Político-Pedagógicos (PPP), podem ser um instrumento importante para apoiar a implementação dos referenciais curriculares nas escolas. A equipe da secretaria deve estabelecer um plano para acompanhar o uso dos PPP pelas escolas e apoiá-las durante os processos de mobilização e revisão desses documentos, principalmente para alinhá-los às propostas dos referenciais recém-publicados.

Ofertar material didático e de apoio alinhados ao referencial curricular da rede

As secretarias estaduais de Educação devem **aprimorar continuamente a oferta de material didático e de apoio aos gestores escolares e professores alinhados ao referencial curricular da rede**. Os materiais didáticos e de apoio são um dos aspectos mais importantes para a coerência das políticas pedagógicas, pois são usados frequentemente pelos professores em sala de aula e gestores escolares para apoiarem a implementação do referencial na escola. Normalmente, as escolas contam com dois tipos de materiais didáticos: os fornecidos pelo PNL D e aqueles contratados ou elaborados pela própria secretaria. Dessa forma, tanto a seleção e uso dos materiais do PNL D quanto a contratação ou elaboração dos materiais próprios precisam ser estritamente alinhados ao



referencial curricular da rede e às outras políticas pedagógicas.

Para isso, recomenda-se que:

- ④ A secretaria estabeleça uma equipe responsável por esses processos, que possa orientar e coordenar a seleção e uso dos materiais do PNLD pelas escolas de acordo com o referencial da rede, além de contratar ou elaborar materiais próprios também alinhados ao referencial. O orçamento necessário para essa ação é aquele que a secretaria usualmente aloca para os materiais didáticos, com a adição da manutenção da equipe e outros recursos que a equipe precisar, o que pode envolver logística para entrega de materiais e encontros de orientação e formação sobre eles.
- ④ Em seu trabalho cotidiano, a equipe responsável pelos materiais didáticos deve manter comunicação constante com as equipes de acompanhamento das escolas, de formação continuada e outras políticas pedagógicas de forma a aumentar a coerência entre essas ações. A disponibilização de materiais normalmente tem ciclos anuais que acompanham o calendário escolar, e devem ser usados para coletar informações das escolas sobre a qualidade e alinhamento dos materiais com o objetivo de retroalimentar a escolha ou elaboração dos materiais do ano seguinte. A secretaria deve acompanhar de perto o cronograma de disponibilização dos materiais, para garantir que estejam presentes nas escolas desde o início do ano letivo.
- ④ Com relação à produção e uso dos materiais, professores da rede com conhecimento e experiência em elaboração de materiais didáticos devem ser envolvidos na elaboração ou na contratação de materiais para a rede. Isso contribui para que os materiais sejam mais aderentes com a realidade das escolas e tenham maior legitimidade entre os professores.



- ☑ Uma possibilidade adicional é dividir os materiais em bimestres e elaborar sequências didáticas. Assim, eles são usados de forma simultânea pelas escolas, facilitando os processos avaliativos e da formação continuada. A secretaria deve acompanhar continuamente o uso dos materiais pelos professores com relação ao alinhamento deles ao referencial curricular da rede e à própria qualidade do material usado.

Ofertar formação continuada alinhada ao referencial para os profissionais da Educação

As secretarias de Educação devem **aprimorar continuamente a oferta de formação continuada para professores e demais profissionais da Educação** alinhada ao referencial curricular da rede. A formação continuada é um dos apoios mais importantes para a atuação dos professores e gestores escolares. As formações não apenas devem ser alinhadas ao referencial curricular, mas devem apoiar aqueles que estão sendo formados a atuar de forma cada vez mais alinhada ao referencial e com a perspectiva que os estudantes têm o direito de ter aquelas aprendizagens essenciais garantidas – e se ele está com defasagem, é papel da escola promover a recomposição. Para isso, recomenda-se que:

- ☑ As secretarias estabeleçam uma equipe qualificada que seja responsável pelas diretrizes de formação continuada, garanta o alinhamento com as outras políticas e coordene esse processo. Além disso, deve investir em núcleos de formação com bons formadores nos órgãos regionais, para trabalharem diretamente com as escolas e coordenadores pedagógicos. O orçamento necessário para essa ação é aquele que a secretaria usualmente aloca para as ações de formação continuada, com a adição dos eventuais recursos necessários para a adaptação dos planos e



materiais de formação e também da expansão dos esforços de formação, em função da necessidade dos professores.

- ✔ As equipes de formação devem alinhar o conteúdo das formações ao referencial curricular, além da forma e métodos de formação. Formações continuadas de qualidade devem (i) ter foco no conhecimento pedagógico do conteúdo, que envolve o que e como ensinar o que se prevê no referencial; (ii) usar métodos ativos de aprendizagem; (iii) promover o trabalho coletivo entre docentes nas formações; (iv) possuir duração prolongada no tempo; e (v) ter alta coerência com outras políticas educacionais da rede de ensino⁴⁷.
- ✔ Para monitorar as formações, a secretaria deve acompanhar o cronograma de atualização dos planos de formação e de sua realização. Para avaliar as formações, os professores formados podem responder a questionários específicos, que incluam diversas dimensões, entre elas o alinhamento com o referencial curricular.
- ✔ Por fim, a secretaria deve incentivar as equipes de formação a apoiarem ou realizarem observações de sala de aula para avaliar a influência das formações na prática dos professores.

Avaliar o aprendizado dos estudantes conforme o referencial curricular da rede

Todas as avaliações de aprendizado realizadas devem ser feitas conforme o referencial curricular da rede. Com a publicação dos novos referenciais das redes de ensino, as avaliações devem ser alinhadas a eles, o que inclui as avaliações em larga

⁴⁷ Fundação Carlos Chagas. Formação Continuada de Professores: contribuições da literatura baseada em evidências. Relatórios Técnicos, v. 52, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/textosfcc/issue/view/340/169>



escala aplicadas por vários estados, as avaliações diagnósticas e formativas (realizadas ao longo de um ciclo escolar, buscando orientar o trabalho dos professores) e também as avaliações que os professores aplicam cotidianamente com os estudantes. Para isso, recomenda-se que:

- ✔ A secretaria estabeleça uma equipe central para ser responsável pelas avaliações. Em função das avaliações realizadas pela secretaria, essa equipe deve realizar as ações necessárias para alinhá-las ao referencial da rede. Isso inclui as orientações e processos de acompanhamento de uso dos resultados das avaliações pelos professores. O orçamento necessário para essa ação é aquele que a secretaria usualmente aplica para as avaliações, com a adição da equipe ou contratações adicionais necessárias para as atualizações.
- ✔ No caso das avaliações em larga escala, pode ser necessária a contratação de especialistas para criação de itens ou atualizar os contratos com as organizações que elaboram e/ou aplicam as avaliações. É recomendado estruturar um processo de devolutiva rápido e de fácil leitura para os professores e gestores escolares, de forma que os dados coletados possam nortear a tomada de decisão pedagógica pelos profissionais das escolas.
- ✔ A equipe responsável pelas avaliações deve manter comunicação constante com os setores das demais políticas pedagógicas para garantir a coerência das avaliações e outras ações. Os gestores escolares e professores precisam ser mobilizados e envolvidos nos processos de atualização das avaliações para aumentar a legitimidade das avaliações aplicadas pela secretaria, para considerar as realidades das escolas e estudantes e evitar resistências dos professores em adaptar suas avaliações ou aplicar as avaliações alinhadas ao referencial da rede. Essas

adaptações devem ser acompanhadas pela secretaria de acordo com o cronograma estabelecido. Para avaliar o alinhamento das avaliações, a secretaria deve coletar a percepção dos professores periodicamente.

Estabelecer regime de colaboração para a implementação dos referenciais curriculares nas redes municipais

Para apoiar as redes municipais de ensino, as secretarias estaduais devem estabelecer um regime de colaboração para a implementação dos referenciais curriculares. Com a publicação dos referenciais curriculares das redes municipais, elas também começaram o processo de implementação nas escolas. Pela Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases, os governos estaduais e municipais são corresponsáveis e devem atuar em regime de colaboração para aprimorar a qualidade da Educação. O processo de definição dos referenciais curriculares das redes estaduais e municipais envolveu forte articulação interfederativa⁴⁸, e a ampla maioria dos municípios optou por adotar o referencial de Educação Infantil e de Ensino Fundamental construído em regime de colaboração⁴⁹. Para isso, recomenda-se que:

- ☑ As secretarias estaduais aloquem equipes (central e regionais) para oferecer apoio técnico e coordenar as ações conjuntas entre

⁴⁸ Durante 2018 e 2019, as secretarias estaduais e municipais trabalharam em colaboração para elaborar os referenciais curriculares estaduais apoiados pelo Programa de Apoio à Implementação da BNCC do Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio/>

⁴⁹ Menos do que 2% dos municípios optaram por construir um referencial curricular autoral. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/educacao-infantil-e-ensino-fundamental/>



as redes. Além do apoio técnico direto, pode haver formações continuadas compartilhadas, processos de escolha e formação sobre materiais didáticos comuns, avaliações, entre outras ações, o que também otimiza recursos entre os envolvidos. O orçamento necessário para essa ação envolve a alocação da equipe e os recursos para as ações adicionais que a secretaria realizará para envolver as redes municipais. Isso deve incluir despesas com logística, suporte e materiais de apoio.

- ☑ Para planejar as ações em colaboração com as redes municipais, a secretaria estadual deve consultar a Undime e a Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação), além de representantes municipais. Os planos podem ser diferentes, para atender a necessidades específicas de cada contexto. A legitimidade dessa ação depende do envolvimento das secretarias municipais durante o planejamento e a implementação. A secretaria estadual de Educação deve monitorar o trabalho das equipes de apoio aos municípios, que devem seguir o cronograma de ações que cada uma é responsável. As redes municipais com mais dificuldades podem receber visitas mais frequentes e mais apoio. Um programa como esse pode ser avaliado com os resultados de aprendizagem das redes municipais de ensino do estado.



4.2 RECOMENDAÇÕES PARA O GOVERNO FEDERAL





Para o governo federal, as políticas recomendadas têm foco em apoiar as redes de ensino estaduais e municipais, além de atualizar a regulamentação nacional para que promova a coerência das políticas pedagógicas nas redes. Todas as ações que envolvem as secretarias de Educação devem ser legitimadas com seus representantes, principalmente Consed, Undime, Uncme e Foncede (Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação). Eles devem participar das principais decisões, como durante a elaboração dos editais do PNLD e mudanças no Saeb, para que os responsáveis pelo uso dos recursos nas redes estejam engajados com o apoio oferecido pelo governo federal. O Ministério deve estabelecer cronogramas junto a Consed e Undime sobre a implementação das ações.

AÇÕES MAIS DIRETAS E URGENTES

Aprimorar e alinhar o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) à BNCC e ao Novo Ensino Médio

O governo federal precisa aprimorar o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) de forma alinhada à BNCC e ao Novo Ensino Médio. Além de apoiar a coerência das políticas pedagógicas das redes de ensino, aprimorar o PNLD pode expandir a contribuição do programa para a qualidade da Educação. Os editais do PNLD definem como ocorre esse alinhamento, mas, nos últimos anos, alguns deles não usaram a BNCC e outras diretrizes como o centro da coerência da política. Além disso, há pouco acompanhamento do uso e avaliação dos materiais entregues. Ambos os aspectos devem ser aprimorados. Para isso, recomenda-se que:

- ✔ Para as ações de aprimoramento do programa e acompanhamento do uso dos materiais pelos professores, o Ministério deve garantir o alinhamento à BNCC e a orientação explícita sobre como os materiais do PNL D podem ser usados para melhor implementar os referenciais curriculares das redes durante o planejamento e a elaboração dos editais. Em relação aos aprimoramentos, destaca-se que os editais do PNL D podem explorar materiais adicionais, inclusive digitais, para complementar o uso dos livros e dar mais flexibilidade de uso pelas escolas, permitindo mais composições do trabalho dos professores coerentes com os referenciais curriculares das redes. Por exemplo, para a Educação Infantil, o programa pode incluir também materiais de apoio e brinquedos. As associações de editoras e autores de livros didáticos devem ser envolvidas para receberem orientação sobre os aprimoramentos do programa e formações sobre aspectos e conceitos chave da BNCC, tais como aprendizagem por competências, integração curricular e progressão e recuperação de aprendizagens.
- ✔ Em relação ao acompanhamento e avaliação do uso dos materiais, o Ministério deve estabelecer uma equipe e acompanhar o cronograma para avaliar o uso dos materiais do PNL D nas escolas. Por fim, destaca-se que, em paralelo ao aprimoramento do modelo vigente do PNL D, devem ser iniciadas discussões e estudos sobre a pertinência e a viabilidade (financeira e operacional) de uma reformulação mais profunda do programa no sentido da descentralização e maior customização das obras aos referenciais curriculares estaduais e municipais. Isso é particularmente importante para os itinerários formativos do Novo Ensino Médio.

Aprimorar e alinhar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) à BNCC e ao Novo Ensino Médio

O Ministério da Educação deve aprimorar e alinhar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e outras avaliações nacionais, incluindo o Enem, Encceja e outras, à BNCC e ao Novo Ensino Médio. As avaliações nacionais têm um potencial indutor muito importante para aumentar a coerência das políticas pedagógicas das secretarias de Educação estaduais e municipais. Para isso, recomenda-se que:

- ✔ O governo federal estabeleça uma comissão técnica para definir as diretrizes para o aprimoramento do Saeb, que devem incluir a atualização das provas de Língua Portuguesa e Matemática alinhadas à BNCC. Nesse processo, deve-se atualizar as matrizes de avaliação e elaborar itens alinhados à BNCC para serem usados nas avaliações.
- ✔ O Saeb é uma das principais políticas educacionais no país e tem muita legitimidade. O MEC deve articular com as organizações representantes das redes de ensino, além de especialistas e associações acadêmicas do setor para garantir mudanças positivas em um aprimoramento contínuo. A prova de 2023 precisa estar alinhada à BNCC e ser uma avaliação com qualidade. Isso está associado a um cronograma desafiador, que precisa ser acompanhado muito de perto. Serão necessárias campanhas de divulgação para as secretarias de Educação e professores, para que todos entendam as novidades.
- ✔ Há a oportunidade de realizar outras melhorias no Saeb, como a elaboração e pré-testagem de itens que afirmam o desenvolvimento de aprendizagens mais complexas (uma possibilidade de



modernizar o sistema de avaliações, convergindo-o para modelos mais semelhantes aos de referências internacionais) e maior celeridade e qualidade das devolutivas para as redes quanto aos seus resultados. Especificamente para a Educação Infantil, devem ser avaliados os processos pedagógicos e o que é oferecido para as crianças da etapa, considerando os critérios propostos pela BNCC e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Para a alfabetização, é importante tornar censitária a avaliação do 2º ano, para aprimorar o monitoramento, a responsabilização e o incentivo a boas práticas até o nível municipal, que é onde se concentra a oferta dessa etapa. Também podem incluir a elaboração de materiais adicionais para formação sobre uso dos resultados do Saeb, para facilitar a coerência das políticas pedagógicas das redes.

- ✔ Além da atualização das avaliações nacionais, o governo federal deve atualizar o Ideb. De maneira similar, uma forma de realizar as mudanças é estabelecer uma comissão e receber subsídios das secretarias de Educação e outros atores, como universidades e a sociedade civil. O novo Ideb deve manter as conquistas do indicador anterior e aprimorar a representação das desigualdades, como, por exemplo, considerar o número de crianças e jovens fora da escola⁵⁰.
- ✔ A etapa do Ensino Médio possui desafios adicionais para o aprimoramento e alinhamento das avaliações nacionais porque devem considerar a flexibilidade do Novo Ensino Médio. O objetivo do Saeb é a avaliação dos sistemas de ensino, enquanto o do Enem é selecionar estudantes para o Ensino Superior, e as duas avaliações são um fator importante de indução da coerência das políticas pedagógicas para a formação geral básica e itinerários formativos.

⁵⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/antonio-gois/coluna/2022/08/caminhos-para-um-novo-ideb.ghtml>

Regular e avaliar os cursos de formação inicial de professores

A partir do prazo definido pelo Conselho Nacional de Educação, o governo federal passará a regular e avaliar os cursos de formação inicial de professores oferecidos pelas instituições de Ensino Superior de acordo com o disposto nas novas normativas que garantem o alinhamento aos referenciais nacionais, como a BNC-FI.

Para isso recomenda-se que:

- ✔ O Ministério atualize os processos de regulação e supervisão dos cursos de formação inicial de professores (Pedagogia e licenciaturas) realizados pela Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior (Seres) do MEC e pelo Inep. Deve também atualizar o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), em especial o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Um orçamento adicional ao existente para os processos de regulação, supervisão e avaliação pode ser usado para a contratação de especialistas para apoiar as mudanças previstas⁵¹.
- ✔ Essa política precisa estar legitimada junto às instituições de Ensino Superior e às entidades que as representam, pois elas são responsáveis pela formação dos professores. Dessa forma, o MEC deve manter relacionamento constante com essas entidades, para acompanharem as mudanças realizadas nos cursos de maneira transparente e efetiva. Os resultados das avaliações dos cursos de formação de professores pelo Sinaes devem ser usados para subsidiar aprimoramentos nos processos de regulação, supervisão e avaliação, além de futuras versões das diretrizes nacionais.

⁵¹ Para um maior detalhamento sobre as propostas para a formação inicial de professores, acesse o material de “Recomendações de políticas docentes para o governo federal”.

Monitorar e apoiar a implementação dos referenciais curriculares das redes

O governo federal deve monitorar e apoiar técnica e financeiramente a implementação dos referenciais curriculares das redes pelas escolas estaduais e municipais. As secretarias de Educação enfrentarão diversos desafios para aumentar a coerência das suas políticas pedagógicas e apoiar as escolas a implementar cada vez melhor seus referenciais. Isso é particularmente importante para superar as desigualdades entre as redes e escolas, principalmente ao intensificar o apoio àquelas que atendem proporcionalmente mais alunos com baixo nível socioeconômico, negros, indígenas e outras populações desfavorecidas. Para isso, recomenda-se que:

- ✔ O Ministério da Educação estabeleça uma comissão nacional para coordenar o monitoramento, oferecer apoio técnico às redes estaduais e municipais, além de disponibilizar recursos financeiros para suas ações de aumento da coerência das políticas pedagógicas. O orçamento pode ser usado para estabelecer a equipe técnica no Ministério, coletar dados de monitoramento, realizar eventos e seminários, além de transferir aos estados e municípios recursos complementares para aprimorarem as ações de implementação. Os recursos podem ser transferidos para as secretarias de Educação, via Plano de Ações Articuladas (PAR) ou outro mecanismo, ou para as escolas, via Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE).
- ✔ Com relação ao monitoramento, o MEC possui atualmente um projeto de avaliação da implementação da BNCC. Porém, ele é temporário e há necessidade de ampliar suas ações de monitoramento e produção de evidências sobre a implementação dos referenciais curriculares das redes,



e abranger também o olhar sobre o Ensino Médio. Essas informações podem apoiar as secretarias de Educação a aprimorarem suas ações de implementação, e também a fornecer subsídios para o processo futuro de revisão da BNCC.

- ✔ Com relação ao apoio técnico, o MEC pode oferecer suporte com base em materiais de orientação sobre a coerência dos materiais didáticos, formações continuadas, avaliações das secretarias de Educação estaduais e municipais, além do suporte direto que elas fornecem às escolas.
- ✔ Com relação ao apoio financeiro, o MEC pode transferir recursos para as secretarias estaduais e municipais para subsidiar ações específicas de aumento da coerência das políticas pedagógicas. Um dos principais desafios será alinhar e aprimorar as formações continuadas, o que exigirá a contratação de profissionais qualificados, a capacitação de equipes regionais, custos de logística, elaboração de materiais, criação de plataformas online, entre outros. No caso de recursos para escolas, os gestores escolares podem adquirir materiais pedagógicos, incrementar formações continuadas e outras ações para aumentar a coerência pedagógica nas ações cotidianas da escola.

AÇÕES ESTRUTURANTES E FUTURAS

Alinhar todas as ações do governo federal à BNCC, Novo Ensino Médio e outras diretrizes

Existem muitas ações do governo federal voltadas à Educação, e muitas vezes elas são contraditórias e afetam negativamente a coerência das políticas pedagógicas das redes. Para que as secretarias de Educação recebam um apoio coerente e alinhado, o



governo federal precisa rever todas as suas ações à luz das diretrizes definidas nos últimos anos. Por exemplo, o alinhamento dos vários programas de repasses do governo federal à implementação dos referenciais curriculares, como PDDE e PAR, é um dos maiores indutores para o aumento da coerência das políticas pedagógicas nas redes de ensino. O posicionamento do governo federal a propostas legislativas também deve considerar a coerência das políticas pedagógicas. Para realizar esse alinhamento, recomenda-se que:

- ✔ O Ministério da Educação estabeleça uma comissão interna. O orçamento dessa ação pode ser usado para contratar especialistas de apoio aos alinhamentos internos, realização de eventos e custos de logística para ações com as redes sobre as mudanças nos programas. O Ministério deve realizar estudos sobre os alinhamentos necessários das ações do governo federal e definir cronograma para as atualizações. Principalmente, o Ministério deve considerar o alinhamento dos critérios de repasse de recursos à melhoria contínua da implementação dos referenciais curriculares das redes alinhados à BNCC. O alinhamento das ações do governo federal exige mobilização e articulação interna. Por exemplo, programas que incluem transferências devem prever que todos os materiais elaborados com o uso dos recursos sejam alinhados à BNCC e aos referenciais curriculares das redes.

Contribuir para a elaboração do próximo Plano Nacional de Educação

Com o término da vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) atual em 2024, o governo federal tem a oportunidade de **contribuir para a elaboração do próximo PNE para que fortaleça a coerência das políticas pedagógicas das redes**. A mobilização para a criação do próximo PNE, com vigência para o decênio 2025-2034, deve iniciar ainda em 2023, e precisa contar com ampla participação do governo federal. Para isso, recomenda-se que:

- ✔ A participação do governo federal deve ter como princípios (1) a coerência das políticas pedagógicas como uma estratégia importante para aumentar a qualidade da Educação no Brasil, (2) estabelecer metas arrojadas para melhoria da aprendizagem dos estudantes, (3) incluir os instrumentos nacionais que apoiam a coerência das políticas pedagógicas, como a BNCC, de forma a serem centrais nas estratégias para aumentar a qualidade da Educação e reduzir as desigualdades, e (4) manter a autoridade de definir os direitos de aprendizagem dos alunos, como na BNCC, do poder executivo e do Conselho Nacional da Educação, sem influência direta do legislativo.
- ✔ O orçamento pode ser usado para contratar especialistas e realizar seminários e outros eventos de consulta à população. O PNE é uma das principais políticas educacionais do país, e sua elaboração deve ser transparente e amplamente participativa. O MEC deve apoiar os esforços do Congresso Nacional para garantir essa transparência e participação da sociedade, o que vai contribuir para a legitimidade do PNE, ao mesmo tempo que deve defender elementos importantes para aumentar continuamente a qualidade da Educação, como a BNCC e outros

apoios à coerência das políticas pedagógicas. O MEC pode ter um papel de protagonista e mobilizar o Congresso Nacional para estabelecer um cronograma para aprovar o próximo PNE assim que a vigência do atual terminar.

- ✔ O Sistema Nacional de Educação (SNE) é uma lei em discussão no Congresso Nacional, prevista no PNE vigente, que também pode abordar elementos da coerência das políticas pedagógicas das redes de ensino.

Preparar e realizar o processo de revisão da BNCC

A BNCC deve ser revisada num futuro próximo, o que está previsto para ocorrer a partir de 2026. Para isso, o próximo governo federal deve realizar um estudo prévio de preparação para a revisão e em seguida iniciar o processo de revisão da BNCC. O estudo de preparação tem como objetivos reunir evidências e boas práticas para embasar a revisão da BNCC, estabelecer os procedimentos que serão aplicados durante a revisão e iniciar a mobilização de profissionais da Educação e da sociedade para participarem deste processo de revisão. Para isso, recomenda-se que:

- ✔ A revisão da BNCC tenha como objetivo produzir um documento que resolva problemas da versão atual e contribua mais para a coerência das políticas pedagógicas e o atendimento dos direitos das crianças e jovens. Para se preparar para esse processo, o Ministério da Educação deve estabelecer uma comissão de especialistas e representantes de entidades técnicas e representativas das redes no período anterior



ao da revisão da BNCC, por exemplo, entre 2024 e 2025.

Essa comissão deve realizar estudos de âmbito nacional e internacional, considerando as experiências de implementação dos referenciais curriculares das redes de ensino, para definir as diretrizes da elaboração da próxima versão da BNCC. O orçamento pode ser usado para manter a equipe, realizar estudos e eventos com outros especialistas. É importante que essa iniciativa ocorra e seja acompanhada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), mesmo após a atualização da composição dos conselheiros, que ocorre a cada dois anos.

- ✔ A partir das diretrizes definidas por esse estudo preparatório, o Ministério da Educação pode iniciar a revisão da BNCC. Esse processo deve seguir os procedimentos definidos durante a preparação, o que deve envolver, de alguma forma, um grupo de especialistas para elaborar as versões do documento e consecutivas consultas à sociedade. O orçamento pode ser usado para a contratação de especialistas, formações/seminários, disponibilização de uma plataforma para orientação e consulta à sociedade. Essa ação precisa ter legitimidade junto às redes de ensino, profissionais da Educação e toda a sociedade.
- ✔ Para isso, os procedimentos de elaboração e participação social devem ser amplos e transparentes. Deve haver comunicação e mobilização contínua para garantir a transparência e participação ampla. As ações realizadas para a legitimação da elaboração da BNCC atual podem ser usadas como referência e aprimoradas. O cronograma para a revisão da BNCC deve ser estabelecido durante o processo de preparação e deve ser acompanhado e realizado pelo MEC.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As recomendações de políticas públicas para uma gestão pedagógica coerente apresentadas neste documento têm o objetivo de subsidiar as ações dos governos federal e estaduais eleitos em 2022. Buscou-se consolidar um conjunto de ações que podem ser adaptadas às diferentes realidades presentes no território brasileiro.

Espera-se que as recomendações aqui presentes estimulem o debate acerca das políticas pedagógicas tão necessárias para o avanço da qualidade educacional e contribuam para os planos estratégicos das futuras gestões.



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



 TODOSPELAEDUCACAO.ORG.BR

 /TODOSEDUCAO

 @TODOSEDUCAO

 @TODOSPELAEDUCACAO

 /USER.TODOSPELAEDUCACAO

 /COMPANY/ TODOSPELAEDUCACAO

 TODOS PELA EDUCAÇÃO